



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA

**TÍTULO XVI
DAS EMENDAS**

Art. 82 - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§1º - Emenda supressiva é a que suprime, em parte, ou no todo, o artigo do projeto; *IMPEDIR DE EXISTIR, DESAPARECER, CORTAR*

§2º - Emenda substitutiva é a que deve ser colocada em lugar de artigo;

§3º - Emenda aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos do artigo;

§4º - Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, sem alterar a sua substância;

§5º - A emenda pode ser apresentada a outra emenda, denominando-se de subemenda;

**TÍTULO XVII
DAS ATAS**

Art. 83 - De cada sessão da Câmara, lavrar-se-á Ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§1º - As proposições e documentos apresentados em sessão, discutidos em Plenário, salvo disposições em contrário na forma deste regimento;

Art. 84 - A Ata de sessão anterior ficará à disposição dos vereadores para verificação, duas (2) horas antes da próxima sessão, a se realizar, salvo as que forem aprovadas de imediato.

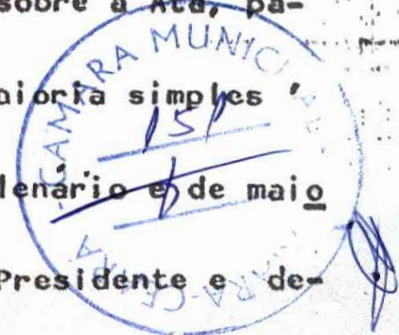
§1º - Qualquer vereador poderá requerer a leitura da Ata, no todo ou em parte, desde que não lhe seja negado, o uso da palavra;

§2º - Cada vereador poderá falar uma vez sobre a Ata, para pedir a sua retificação ou impugná-la;

§3º - A retificação da Ata dependerá da maioria simples dos vereadores que se fizerem presentes;

§4º - A impugnação da Ata, dependerá do Plenário e de maioria de 2/3 na votação;

§5º - Aprovada a Ata, será assinada pelo Presidente e demais vereadores presentes;





ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIAR

§6º - Deverá constar na sequência de data e da própria Ata qualquer retificação que tenha a observar, devendo ser assinada por 2/3 dos membros;

Art. 85 - A Ata da última sessão de cada legislatura, será redigida e submetida à aprovação, independente, de número legal de seus membros.

TÍTULO XVIII
DO USO DA PALAVRA

Art. 86 - Os debates deverão se realizar com dignidade, respeito e ordem, cumprindo aos vereadores atender as determinações, quanto ao uso da palavra:

I - Dirigir-se sempre ao Presidente ou a Câmara, voltado para a Mesa;

II - Não usar da palavra sem a solicitar e sem receber o consentimento do Presidente;

III - Referir-se ou dirigir-se a outro vereador, bem como a quem quer que seja, sempre em termos respeitosos;

IV - Nunca intervir na palavra de outro companheiro sem licença deste, e consentimento do Presidente;

Art. 87 - O vereador poderá usar da palavra para apresentar, ou discutir quaisquer assunto que tenham procedimentos legais, na forma regimental.

Art. 88 - O vereador com a palavra em Plenário, nunca deve desviar a matéria em debate ou usar de linguagem imprópria, levando-se ainda em consideração, outros vetos como:

I - Usar da palavra com finalidade diferente a que fora solicitada;

II - Falar sobre matéria vencida ou encerrada;

III - Ultrapassar o tempo que lhe compete, marcado pelo Presidente;

IV - Deixar de atender as advertências do Presidente;

V - Debater algo que não tenha nada a ver com a municipalidade;

Art. 89 - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer vereador, a interrupção do seu discurso nos seguintes casos:

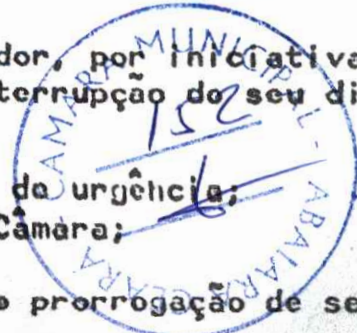
I - Para a leitura de requerimento de urgência;

II - Para comunicação importante à Câmara;

III - Para recepção de visitante;

IV - Para votação de requerimento de prorrogação de sessão;

ssão;





ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA

V - Para obter melhores esclarecimentos, quanto à matéria que se achar em debate;

Art. 90 - Fica estabelecidos os seguintes prazos para oradores no que se refere ao uso da palavra:

- I - Cinco (5) minutos para falar no pequeno expediente;
- II - Dez (10) minutos para apresentar proposições ou requerimento em contrários, fazendo ciência dos respectivos significados, caso não tenha sido especificados;
- III - Quinze (15) minutos para debater projetos e demais assuntos debatidos em Plenário;
- IV - Vinte (20) minutos para a discussão dos projetos do Prefeito, se tratando de matéria urgente;
- V - Cinco (5) minutos para falar em explicação pessoal;

Art. 91 - Cabe, unicamente, ao Presidente, ressaltar soberanamente as questões de ordem, sendo vetado a qualquer vereador opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em que for requerida.

**TÍTULO XIX
DAS DISCUSSÕES**

Art. 92 - Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário.

§1º - Os projetos de leis e de resolução deverão ser submetidos ao Plenário, para uma ou mais discussões, ressaltando quando os mesmos forem de iniciativa do Prefeito;

§2º - Não havendo contestação de nenhum vereador e tratando-se de matéria de urgência, a discussão pode ser única;

§3º - Não será permitida a segunda discussão de um projeto na mesma sessão;

Art. 93 - O pedido de vista para estudo, será requerido por qualquer vereador e deliberado pelo Plenário, desde que obtenha maioria simples em votação aberta. Este artigo não se aplica quando a matéria é de caráter de urgência.

PARAGRAFO ÚNICO: - O prazo máximo de vista é de cinco (5) dias, sem direito à prorrogação.

**TÍTULO XX
DAS VOTAÇÕES**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA**

Art. 94 - As deliberações, com excessão dos casos previstos na constituição Federal, Estadual e na legislação pertinente, serão tomadas por maioria simples, or por maioria absoluta de votos.

Art. 95 - Dependerão do voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara, além de outros, os seguintes:

- I - Aprovação do Plano Diretor de desenvolvimento integrado, ou alteração do mesmo;
- II - Concessão de serviços públicos;
- III - Concessão de direito real de uso;
- IV - Alienação de bens imóveis;
- V - Aquisição de bens imóveis por doação ou encargos;
- VI - Alteração e denominação de próprios, vias, logradouros públicos e outros;
- VII - Obtenção de empréstimos, seja qual for a espécie;
- VIII - Rejeição do veto e do projeto de lei orçamentária;
- IX - Rejeição do parecer prévio do Conselho de Contas do Município (CCM);
- X - Concessão de título de cidadania ou qualquer outra honra ou homenagem;
- XI - Aprovação de representação solicitando alteração de nome do Município, distrito e vila;
- XII - Destituição de componentes da Mesa;
- XIII - Criação de cargos na Câmara;

Art. 96 - A votação deve ser feita após o encerramento da discussão em Plenário, salvo as disposições em contrário.

TÍTULO XXI
DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 97 - ^{10 dias} Aprovado o projeto de lei, o Presidente da Câmara no prazo de dez (10) dias úteis envia ao Prefeito, que, concordando o sancionará e promulgará.

§1º - Se o Prefeito por qualquer circunstância ao contrário vetar o projeto no todo ou em parte, comunicará dentro do prazo de dez (10) dias úteis ao Presidente da Câmara, o motivo do veto;

§2º - Decorrido o prazo e havendo silêncio do Prefeito, im portará em sanção do projeto;

§3º - O veto será mantido se não obtiver maioria de 2/3 contrário;





ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA

§4º - Rejeitado o veto por maioria de 2/3, as disposições aprovadas serão promulgadas com o mesmo número de lei ordinária, entrando em vigor na data de sua publicação;

**TÍTULO XXII
DO CONTROLE FINANCEIRO**

Art. 98 - A fiscalização financeira e orçamentária do município é exercida mediante controle da Câmara e pelos sistemas de controle interno do Executivo.

Art. 99 - A prestação de contas do Prefeito, referente ao exercício financeiro do ano anterior, será apreciada pela Câmara, até sessenta (60) dias após o recobimento do respectivo parecer, emitido pelo Conselho de Contas do Município (CCM), o qual somente deixará de prevalecer, mediante decisão de 2/3 dos membros da Câmara, na forma e regulamento constitucional.

PARÁGRAFO ÚNICO:- Se o executivo não prestar contas até 31 de março, a Câmara elegerá uma comissão Especial com acesso e poderes para examinar a escrituração e os comprovantes da receita e despesas do Município.

Art. 100 - Recebidos os processos do Conselho de Contas do Município (CCM), referente a prestação de contas do Prefeito, a comissão de finanças e Orçamentos, distribuirá cópias aos vereadores dentro de trinta (30) dias, a contar do recebimento, haverá votação.

§1º - A Comissão de Finanças e Orçamento, no prazo improrrogável de dez (10) dias, apreciará os processos do Conselho de Contas do Município, através do projeto de decreto legislativo, dispõe sobre sua aprovação ou rejeição, nos termos da lei;

§2º - As contas serão submetidas a uma única discussão e logo após, procede-se imediatamente a votação;

Art. 101 - Rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.

**TÍTULO XXIII
DOS RECURSOS**

Art. 102 - Os recursos contra atos do Presidente serão interposto dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da data da ocorrência, por simples petição a ela dirigida.





ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA

§1º - O recurso será encaminhada à comissão de Justiça e Redação para opinar e elaborar projeto de resolução.

§2º - Apresentado parecer com projeto de resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido a uma única discussão e votação, na Ordem do Dia da 1ª (primeira) sessão ordinária ou extraordinária, a realizar-se.

TÍTULO XXIV
DA INTERPRETAÇÃO E DA REFORMA DO REGIMENTO

Art.103 - Qualquer projeto de resolução modificando o regimento interno, depois de lido em Plenário, será encaminhado à Mesa, para opinar.

§1º - A Mesa tem o prazo de dez (10) dias para exarar parecer;

§2º - Dispensa-se desta tramitação os projetos oriundos da própria Câmara;

§3º - Após cada medida preliminar, seguirá o objeto de resolução a tramitação normal dos demais processos;

Art.104 - Os casos não previstos neste regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Art.105 - Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, por orientação na solução de casos análogos.

TÍTULO XXV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.106 - Nos dias de sessão deverão ser hasteadas na sala das sessões, as Bandeiras do Brasil, do Estado e do Município.

Art.107 - Os prazos previstos neste regimento, serão contados em dias corridos e não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

Art. 108 - Fica mantido no período legislativo em curso, o número vigente de membros das comissões permanentes.

Art.109 - Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARAAPRESENTAÇÃO

A Casa Legislativa de ABAIARA, Estado do Ceará, sendo submetida a um grande teste, depois de atravessar com os arranhões do conhecimento de todos, o longo e quase interminável período que passou ser denominado de "autoritário" quando na realidade, o que o caracterizou foi justamente o contrário, a falta de governantes que soubessem impor a sua força moral e administrativa, ressurgem os poderes Legislativos encarnando todas fontes de aspirações, e de imaginação coletivas, capazes de vencer o longo período de impedimento à liberdade e de reintegrar o Município ao seu grandioso destino.

Sem dúvidas, não se pode vencer, da noite para o dia, uma tão grande soma de erros do passado, mas é verdade que o Poder Legislativo de ABAIARA-CE, esta desenvolvendo um grande esforço no sentido de reconquistar ou melhor digamos, de conquistar destacada posição na vida Política-Administrativa da nossa terra.

A atual Presidência do Poder Legislativo de ABAIARA, bem como os demais componentes que atuam nesta legislatura, sentem-se, por isto mesmo, satisfeitos em poder dar divulgação ao novo REGIMENTO INTERNO da nossa casa. Todos estes princípios foram observados e revelam, sem dúvida alguma, o elevado grau de respeito por ser as liberdades públicas, coordenadas entre nós.

ABAIARA-CEARÁ, em: 25 / 11 / 1990

PRESIDENTE :

João Sampaio Martins
João Sampaio Martins

VICE-PRESIDENTE :

Roberto Sávio Juca Maia
Roberto Sávio Juca Maia

1º SECRETÁRIO :

Maria Oliveira Santos
Maria Oliveira Santos

DEMAIS VEREADORES:

Francisco Juscelino Sampaio
Francisco Juscelino Sampaio

Gilvan Alves Grangeiro
Gilvan Alves Grangeiro

Francisco Joaquim Sampaio
Francisco Joaquim Sampaio

Jose Olavo Gonçalves
Jose Olavo Gonçalves

Leônicio Furtado Sampaio
Leônicio Furtado Sampaio

Geraldo Diodato do Nascimento
Geraldo Diodato do Nascimento

Secretário da Câmara





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**Instrução Normativa nº 01/2016, de 29 de setembro de 2016.
D.O.E.T.C.M. de 30 de setembro de 2016.**

Dispõe sobre recomendações de providências administrativas a serem adotadas visando à regular transição de governo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Estado do Ceará.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 1º, inciso XVII, e o Art. 3º da Lei Estadual nº 12.160, de 04 de agosto de 1993,

Considerando que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará possui a competência constitucional de orientar os órgãos e entidades municipais que lhe são jurisdicionados;

Considerando a conveniência e oportunidade de expedir, de forma preventiva, orientações acerca dos atos de transição de governo, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, viabilizando o conhecimento da situação orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, com o intuito de evitar a ocorrência de irregularidades, desvios de recursos públicos e dilapidação do patrimônio público;

Considerando que a transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito possa receber de seu antecessor todos os dados e informações confiáveis e dentro dos parâmetros legais, objetivando assegurar a continuidade da atividade administrativa e dos serviços públicos essenciais;

Considerando que ao Tribunal de Contas dos Municípios, entre suas competências, incumbe orientar os gestores municipais no que concerne aos procedimentos a serem adotados por ocasião da posse e da transmissão dos cargos dos seus administradores;

Considerando que o desconhecimento dos procedimentos legais e administrativos apropriados a essas ocasiões pode ensejar o surgimento de infrações às normas legais;

Considerando o disposto no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que versa sobre os instrumentos de transparência e a ampla divulgação da gestão pública;

RESOLVE,





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 1º. Os Prefeitos Municipais e Presidentes de Câmara Municipal poderão constituir, no âmbito dos respectivos órgãos, Comissão de Transição de Governo, incumbidas de colher e repassar informações e documentos aos representantes dos candidatos eleitos, com o objetivo de garantir a disponibilização dos instrumentos que permitam o perfeito conhecimento da situação orçamentária, contábil, financeira, operacional e patrimonial, necessários à continuidade da atividade administrativa, dos serviços públicos, da prestação de contas e da preservação do patrimônio público.

Parágrafo Único. Por meio desta Instrução Normativa, fica disciplinada a orientação quanto à adoção das providências necessárias à transição de governo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios do Estado do Ceará.

Art. 2º. Para os fins desta Instrução Normativa, Transição Governamental é o processo de entendimento político-administrativo que tem como objetivo a transmissão de conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos e entidades que compõem os Poderes Executivo e Legislativo, a fim de garantir que, no período de transição dos respectivos cargos, os eleitos para o cargo de Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal possam receber de seu antecessor, de forma tempestiva, todas as informações de natureza orçamentária, contábil, financeira, operacional e patrimonial, bem como sistemas, bancos de dados, documentos, leis, atos, instrumentos de planejamentos e demais informações.

Parágrafo único. Entende-se como período de transição governamental o intervalo compreendido entre a data da proclamação do resultado das eleições pela Justiça Eleitoral e a data da posse do eleito.

Art. 3º. A Comissão de que trata esta Instrução Normativa deverá ser instalada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias em relação à data por lei estabelecida para a posse e transmissão dos cargos, no ano em que se deram as eleições.

§1º. Nos casos de realização de segundo turno nas eleições, a Comissão deverá ser instalada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data por lei estabelecida para a posse e transmissão dos cargos.

§2º. A Comissão de Transição de Governo do Poder Executivo Municipal será composta por, no mínimo, de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes do Prefeito Municipal em exercício e 3 (três) indicados pelo Prefeito Municipal eleito, sob a coordenação de um dos representantes do candidato eleito, sendo facultado à Comissão requisitar quaisquer





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

informações e/ou documentos aos órgãos da administração pública municipal.

§3º. No caso do Poder Executivo, a Comissão de Transição deverá ser integrada, obrigatoriamente, pelo Secretário de Administração e Finanças, ou cargo similar, e por mais dois servidores, que devem ser os responsáveis pelo setor contábil e pelo sistema de controle interno.

§4º. Após a proclamação do resultado das eleições, o candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal deverá comunicar por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Chefe do Poder Executivo em exercício, os seus representantes para compor a Comissão de Transição Governamental, sob pena de ser responsabilizado por eventual prejuízo ao processo de transição.

§5º. Caso o candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal não comunique os seus representantes dentro do prazo estabelecido no parágrafo 3º, o Prefeito Municipal em exercício deverá solicitar a disponibilização da referida informação para fins de composição da Comissão.

§6º. A Comissão de Transição no âmbito do Poder Legislativo será composta por, no mínimo, 4 (quatro) membros, sendo integrada por um vereador da Mesa Diretora e os demais membros escolhidos entre servidores da Câmara Municipal, com preferência por servidores que tenham formação nas áreas de Direito, Contabilidade ou Administração.

§7º. Os representantes da Administração Municipal, em ambos os Poderes, deverão disponibilizar as estruturas física, tecnológica, operacional, logística e administrativa suficientes para viabilizar o adequado funcionamento das comissões de transição, em especial indicando espaço físico para os trabalhos, equipado com computadores e acesso à internet.

Art. 4º. Os titulares dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Legislativo deverão, sob pena de prejudicarem o bom e regular andamento do processo de transição governamental, fornecer as informações solicitadas pela Comissão, bem como prestar o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos, observando, ainda, durante todo o processo de transição, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, definidos no art. 37 da Constituição Federal, e também os seguintes:

- I** – Continuidade dos serviços públicos;
- II** – Supremacia do interesse público;





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

III – Motivação dos atos;

IV – Igualdade e isonomia;

V – Autotutela;

VI – Razoabilidade;

VII – Proporcionalidade.

Art. 5º. A Comissão de Transição deverá apresentar e disponibilizar, no âmbito de cada poder, informações, documentos, atos e instrumentos de planejamento, programas e projetos dos órgãos e entidades que compõem a administração direta e indireta municipal, documentos dos atos e fatos orçamentários, financeiros, fiscais e patrimoniais, bem como cópia eletrônica de todos os arquivos existentes no banco de dados.

Art. 6º. O Prefeito Municipal em exercício deve apresentar à Comissão de Transição, até o dia 31 de dezembro do exercício em que ocorrerem as eleições, os seguintes documentos e informações, além de outros que sejam necessários:

I – Plano Plurianual – PPA;

II – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício seguinte, nos termos dos art. 4º e 5º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

III – Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício seguinte;

IV – Demonstrativo dos saldos disponíveis transferidos do exercício findo para o exercício seguinte, nos seguintes termos:

- a) Termo de Conferência de Saldos em Caixa, expressando o valor em moeda corrente existente nos cofres municipais em 31 de dezembro do exercício findo, inclusive os cheques em poder da Tesouraria;
- b) Termo de Conferência de Saldos em Bancos, expressando os saldos de todas as contas bancárias existentes, acompanhado dos respectivos extratos que indiquem expressamente o valor existente em 31 de dezembro do exercício findo;
- c) Conciliação Bancária que deverá indicar o nome e o número do banco, número da agência e da conta bancária, saldo evidenciado





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

XIII - Demonstrativo da situação dos Servidores Municipais, evidenciando o nome, lotação, matrícula, data e forma de ingresso, os cargos em provimento efetivo e em comissão e funções gratificadas, e a relação de contratados por prazo determinado e dos servidores cedidos, com as respectivas remunerações;

XIV - Relação dos contratos de terceirização de mão de obra, bem como a relação dos terceirizados contendo: nome, função e local da prestação do serviço;

XV - Relação dos concursos públicos homologados nos últimos 08 (oito) anos e prazo de validade, com a respectiva listagem dos aprovados, por ordem de aprovação, e os nomeados, se houver;

XVI - Relação de folhas de pagamentos em atraso, se houver;

XVII - Cópia dos últimos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal publicados referentes ao exercício findo, devendo apresentar os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 5º bimestre e os anexos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre e 1º semestre;

XVIII - Apresentação do demonstrativo de movimentação financeira (Livro Razão, controle computadorizado dos lançamentos, bem como das contas correntes dos bancos), escriturado até o último dia do mandato;

XIX - Relação das obrigações municipais pendentes de regularização junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, se houver;

XX - Relação dos atos no período de 1º de julho a 31 de dezembro, que importem na concessão de reajuste de vencimentos, ou em nomeação, admissão, contratação ou exoneração de ofício, demissão, dispensa, transferência, designação, readaptação ou supressão de vantagens de qualquer espécie do servidor público estatutário ou não, se houver;

XXI - Relatório circunstancial e detalhado acerca da situação atuarial e patrimonial do regime próprio de previdência municipal, se for o caso;

XXII - Demonstrativo da situação da dívida e parcelamentos junto ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime Geral de Previdência Social (RGPS), se for o caso;





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

ocorrerem as eleições, os seguintes documentos e informações, além de outros que sejam necessários:

I – Demonstrativo dos saldos disponíveis transferidos do exercício findo para o exercício seguinte, nos seguintes termos:

a) Termo de Conferência de Saldos em Caixa, expressando o valor em moeda corrente existente nos cofres da Câmara Municipal em 31 de dezembro do exercício findo, inclusive os cheques em poder da Tesouraria;

b) Termo de Conferência de Saldos em Bancos, expressando os saldos de todas as contas bancárias existentes, acompanhado dos respectivos extratos que indiquem expressamente o valor existente em 31 de dezembro do exercício findo;

c) Conciliação Bancária que deverá indicar o nome e o número do banco, número da agência e da conta bancária, saldo evidenciado no extrato bancário, cheques emitidos/lançados e não compensados/descontados, créditos lançados e não liberados e débitos autorizados e não procedidos pela instituição bancária;

d) Relação de Valores pertencentes a terceiros e regularmente confiados à guarda da Tesouraria;

II – Demonstrativo dos Restos a Pagar, distinguindo-se os empenhos processados e não processados, referentes aos exercícios anteriores àqueles relativos ao exercício findo, com cópias dos respectivos empenhos;

III – Demonstrativo das obrigações contraídas e não pagas até o encerramento do corrente exercício, inscritas como RESTOS A PAGAR, evidenciando o seguinte:

a) As despesas empenhadas e liquidadas, até o final do exercício, registradas como RESTOS A PAGAR PROCESSADOS;

b) As despesas empenhadas, mas não liquidadas até o final do exercício, registradas como RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS;

c) As despesas empenhadas, liquidadas ou não, que não foram emitidas as notas de empenho respectivas com o comprometimento das dotações orçamentárias;

d) As despesas não empenhadas, mas que se constituem obrigações





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

líquidas e certas para o Município (Despesas de Exercícios Anteriores);

IV – Relação dos compromissos financeiros em longo prazo decorrentes de contratos de execução de obras e serviços;

V – Inventário atualizado dos bens patrimoniais;

VI – Inventário dos bens de consumo existentes em almoxarifado;

VII – Demonstrativo da situação dos servidores da Câmara Municipal evidenciando o nome, lotação, matrícula, data e forma de ingresso, em cargos em provimento efetivo e em comissão e funções gratificadas, e a relação de contratados por prazo determinado e dos servidores cedidos, com as respectivas remunerações;

VIII – Relação dos Contratos de terceirização de mão de obra, bem como a relação dos terceirizados contendo: nome, função e local de prestação do serviço;

IX – Relação de folhas de pagamentos em atraso, se houver;

X – Relação de atrasos no recolhimento das contribuições previdenciárias e patronais, se houver;

XI – Apresentação do demonstrativo de movimentação financeira (Livro Razão, controle computadorizado dos lançamentos, bem como das contas correntes dos bancos), escriturado até o último dia do mandato;

XII – Relação das obrigações pendentes de regularização junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (entrega do SIM, do RGF, etc.), se houver;

XIII – Relação dos atos no período de 1º de julho a 31 de dezembro, que importem na concessão de reajuste de vencimentos, ou em nomeação, admissão, contratação ou exoneração de ofício, demissão, dispensa, transferência, designação, readaptação ou supressão de vantagens de qualquer espécie do servidor público estatutário e de livre nomeação e ainda da realização de concurso público, se houver;

XIV – Processos Administrativos de aquisição de bens e serviços no exercício findo;

XV – Demonstrativos contábeis, os anexos da Lei nº 4.320/64 e o balancete contábil do exercício findo;





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

XVI - Relações discriminativas das receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias do exercício, elaboradas mês a mês e acompanhadas de toda a documentação comprobatória;

XVII - Demonstrativos contábeis e os anexos da Lei nº 4.320/64 dos exercícios anteriores existentes nos arquivos, acompanhados de toda a documentação comprobatória da receita e despesa.

XVIII - Relação dos contratos e termos aditivos, destacando os contratos de serviço de natureza continuada, bem como a listagem das atitudes registros de preços em vigência;

XIX - Demonstrativo das despesas assumidas nos dois últimos quadrimestres do mandato; (art. 42, LRF)

XX - Relação dos concursos públicos homologados nos últimos 08 (oito) anos e prazo de validade, com a respectiva listagem dos aprovados, por ordem de aprovação, e os nomeados, se houver;

XXI - Cópia dos últimos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal produzidos referentes ao exercício findo, devendo apresentar os anexos - Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 5º trimestre e os anexos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º trimestre e 1º semestre; (art. 52 e 54 da LRF)

Art. 3º. Concluídos os trabalhos, as Comissões de Transição deverão elaborar e apresentar relatório circunstanciado acerca dos procedimentos adotados e fatos constatados no curso do processo de transição de administração, acompanhados dos respectivos atos, ofícios e demais documentos necessários, bem como o detalhamento das informações e documentos produzidos e colocados à disposição.

Parágrafo único. O respectivo relatório de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser entregue ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 4º. Na hipótese da falta de instituição das Comissões de Transição previstas na forma estabelecida no art. 3º desta Instrução, bem como na apresentação dos instrumentos legais, normativos, regulamentos e demais documentos tratados no art. 5º, bem como em caso de ocorrência de indícios de irregularidades, desvios de administração ou dilapidação do patrimônio público, deverão os membros do Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal, a qualquer tempo, as medidas cabíveis, bem como





ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

comunicar imediatamente ao Tribunal de Contas dos Municípios e ao Ministério Público Estadual.

Art. 10. Ao Tribunal de Contas dos Municípios deverão ser encaminhados, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara eleitos, até 31 de janeiro do exercício subsequente às eleições, os relatórios elaborados pelas Comissões de Transição.

Art. 11. A inércia no cumprimento das presentes recomendações poderá ensejar a realização de inspeção extraordinária pelo Tribunal, a fim de apurar eventuais irregularidades no âmbito de suas competências.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, em 29 de setembro de 2016.

